



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

CONSELHO DE MINISTROS

Súmula da sessão de 27 de Novembro de 1974

Presentes todos os Ministros, à exceção do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que se fez substituir pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Esteve também presente o Secretário de Estado da Comunicação Social, que veio informar o Conselho sobre a sua visita à União Soviética.

1. A súmula da reunião de 20/11/74 foi posta à discussão.

a. Quanto ao ponto 1 - pedido de demissão do Ministro da Educação e Cultura - o Ministro da Justiça referiu que também interveio.

b. A pedido do Ministro do Trabalho, foram introduzidas alterações nos pontos 3.b, 4.a, e 7.b. São as seguintes:

3.b. Comunicado:

"Em face .....  
....., integrando representantes do Ministério do Trabalho, do Secretariado Técnico do Planeamento e das entidades patronais e sindicais, ....."

4.a. Por iniciativa do Senhor Ministro do Trabalho fez-se



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

exposição ao Conselho de Ministros o Sr. Dr. Américo Ramos dos Santos, sobre doutrina de emprego.

b. ....

c. Passou-se à discussão da lei orgânica do Ministério do Trabalho.

d. Foi elucidado o Conselho de Ministros.....

e. Foi aprovado nas suas linhas gerais.....

f. Foi aprovado o projecto.....  
.....Emigração."

7.b. "Informação dos trabalhadores no Ministério do Trabalho.

c. A pedido do Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, o último parágrafo do ponto 6 ficou com a seguinte redacção:

"O Ministro dos Assuntos Sociais felicitou o Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo trabalho desenvolvido no seu Ministério, o mesmo fazendo o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, que aproveitou a ocasião para solicitar que se oficializassem as necessárias autorizações para sobrevoos dos países africanos pelos aviões da TAP nas suas carreiras para Angola e Moçambique."

Com as alterações referidas, a súmula da reunião de 20/11/74 foi aprovada.

2. Quanto à súmula da reunião de 22/11/74:

a. O Ministro dos Assuntos Sociais criticou a redacção do ponto I.1. que induz em



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

erro por não deixar claro que o problema que pôs ao Conselho foi o problema de ordem geral da cedência de equipamentos públicos a partidos da coligação e outros grupos, e que apenas referiu o caso concreto da cedência do Instituto das Obras Sociais da Quinta do Valbom como exemplo.

b. O Ministro Álvaro Cunhal, sobre o mesmo ponto, propôs que onde se lê:

"O Conselho deliberou:

Que o caso .....  
..... o Ministro Álvaro Cunhal. Este trará, não obstante....."

Fundação Cuidar o Futuro

Passe a ler-se:

"O Conselho deliberou:

Que o caso .....  
.....o Ministro Álvaro Cunhal. Este disse que trará, não obstante ....."

Isto porque, na verdade, não foi o Conselho que o incumbiu de trazer a resposta à sua presença, mas ele próprio que entendeu dever fazê-lo.

c. Quanto ao ponto 3 - informação do Ministro da Economia sobre os incidentes da Direcção Geral do Turismo, o Ministro da Justiça rectificou que o que se deliberou foi que o caso fosse en-





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

tregue à polícia judiciária, salientando que, se o caso é entregue à polícia, não é preciso que seja entregue a mais ninguém.

A súmula foi aprovada com as referidas alterações.

2. Apreciação da situação do sector da educação e cultura.

O Ministro da Educação e Cultura fez uma análise completa e detalhada da situação do sector.

A reforma geral dos programas, desde o ensino primário até ao fim do secundário, está feita.

Quanto ao ensino primário, <sup>não</sup> há situações especialmente graves, salvo o problema da preparação de professores, que vem de trás e cuja resolução será lenta.

O ciclo preparatório está a funcionar no conjunto do país sem grandes problemas, a não ser o da quebra de autoridade de professores, directores e pais, que se verifica em cidades como Lisboa.

No ensino secundário estão a seguir os textos de apoio.

No sector do ensino técnico não há grandes problemas.

No ensino liceal a situação para o conjunto do país não parece grave, salvo nos liceus de Lisboa. Tal panorama não traduz, pois, o mal-estar resultante da falta de autoridade, inexperiência, falta de capacidade para gerir eficazmente estes estabelecimentos.

As escolas médias superiores estão a ser reformadas, mas o problema é de solução lenta.

A Universidade não está em condições de acolher o número de candidatos. Os critérios estudados para a selecção à entrada não



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

foram aceites.

Quanto a este ponto propõe uma das seguintes soluções:

- serviço cívico nacional para os que iriam para o 19º ano, dando-lhes o apoio das Faculdades.
- formas de ensino alternado - um mês na escola, um mês à distância, alternando em dois turnos aqueles que pretendem entrar para a Universidade.

A situação nas escolas superiores é muito má, devido sobretudo ao oportunismo e à tendência para a facilidade.

No domínio geral da cultura e da Investigação Científica há toda uma orgânica que é preciso rever.

Os serviços do Ministério estão melhores no seu conjunto, mas ainda mal apetrechados de meios humanos.

Na UNESCO e outros organismos abrem-se largas possibilidades, mas é preciso instalar rapidamente a Comissão Nacional e a delegação permanente.

Em conclusão, há uma situação que exige um clima que pretendeu, mas acha que não conseguiu criar. Crê que terá cometido erros por ter estado muito tempo ausente do país e não conhecer certas realidades.

Parece-lhe que a situação ainda não é irremediável, mas se não se conseguir uma certa confiança entre o professorado e os estudantes, as formas de intervenção terão de ser repressivas.

É preciso que quem vier substituí-lo saiba criar a consci-



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

ência de que é em grande parte através da escola que Portugal se pode construir.

No debate que se seguiu, além do Ministro da Educação e Cultura, intervieram:

- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro Vitor Alves
- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Ministro da Economia
- O Ministro da Administração Interna
- O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
- O Ministro da Justiça
- O Ministro Magalhães Mota
- O Ministro do Trabalho
- O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente
- O Primeiro Ministro
- O Ministro da Coordenação Interterritorial

Resumo das opiniões expressas:

Ministro dos Assuntos Sociais

Comparou a situação na escola à de Maio de 68, que o Ministro da Educação e Cultura considerou diferente, bem como o Ministro Álvaro Cunhal, porque em Maio de 68, os estudantes, embora desligados





## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

de certas classes sociais, e por isso o seu movimento fracassou, eram a vanguarda de um movimento anti-fascista no qual estavam unidas todas as forças democráticas, ao passo que os estudantes portugueses não perceberam que, depois do 25 de Abril, não estão em oposição a um Governo fascista.

Depois, alinhando no que disse o Ministro da Economia e a seguir se relata, e fazendo referência a situações relacionadas com o seu Ministério, o Ministro dos Assuntos Sociais levantou o problema de saber se o país não precisa efectivamente de um Governo do MFA.

Pensa que a frequência da escola deveria ser condicionada à prestação pelos candidatos, durante um ano, de trabalho em sectores em que não prejudicassem os trabalhadores.

Ministro da Economia

Salientou que o oportunismo, a facilidade, a irresponsabilidade que estão na base da situação escolar, também se encontram em outros sectores, com reflexo na vida geral do país, o que faz com que grande parte da acção do Governo se perca. Daí, a sua dúvida sobre se, atenta a realidade do país, o Governo não deveria caminhar mais depressa, ao que o Ministro da Educação e Cultura respondeu que na educação o que existe é o fenómeno da crise de uma classe desajustada.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*Ministro Álvaro Cunhal

Acha que, apesar das dificuldades, o esquema existente não deve ser posto em causa, e está confiante em que se chegará a bom termo, através de uma política unitária dos partidos políticos, destes com o MFA e no futuro, do povo com as forças armadas.

Entende que o estudo e o aproveitamento são basilares para o direito de frequentar a escola, que não se pode permitir que minorias impeçam o seu funcionamento, e que nem as maiores dificuldades impedem o estudo a quem quer na verdade estudar.

Assim, contra a agressão física e ideológica propõe que seja exercida a acção judicial. De outro modo, os trabalhadores tomarão a iniciativa de as combater.

Para o conjunto das situações que se verificam nos vários sectores, propõe uma oportuna intervenção política nos pontos quentes, tendo em conta as responsabilidades dos partidos e da sua cooperação no Governo. Que se trabalhe em conjunto, que haja unidade, sem excluir as divergências de opção em relação aos problemas diversos, mas procurando resolver em conjunto os problemas que se ponham.

Quanto ao problema da entrada na Universidade dos 28.000 que a pretendem, que lamenta não ser possível, considera de grande valor a iniciativa do serviço cívico, segundo critérios a determinar, mas aplicáveis a todos.

Por último, pensa que valerá a pena considerar o estímulo das bolsas de estudo.





## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*Ministro Vitor Alves

Entende que devem ser tomadas medidas imediatas para evitar que se oponham trabalhadores a estudantes, e estudar-se entretanto a estratégia a prazo mais longo.

Ministro da Administração Interna

Apoiou a limitação da ocupação de cadeiras na Universidade por pessoas que ocupem com preferência outras actividades.

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Não considera a situação preocupante, e propõe: que se dê a conhecer perfeitamente ao país a situação na escola portuguesa; que o Ministério seja dividido em dois - por um lado, o ensino superior, a investigação científica e a cultura; por outro o ensino primário, secundário e técnico; que se tomem medidas repressivas, se necessário, para evitar que se oponham os trabalhadores aos estudantes.

Ministro da Justiça

Entende também que a situação, que na verdade é geral, tem de ser vencida. Que os problemas têm de ser assumidos no seu conjunto, e quanto aos mais difíceis, como os de Economia e da Educação, deve haver uma política global a apresentar previamente ao Governo para que se prevejam a tempo as medidas a adoptar e



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

se apliquem depois efectivamente essas medidas.

Ministro Magalhães Mota

Acha que a política universitária tem na verdade de se integrar numa política global sobre a qual o Governo tem alguma coisa a dizer.

Reconhece que é necessário um trabalho lento, para contrariar as contradições existentes. Salientou o peso que o alto custo da formação de um universitário significa, em termos de economia nacional e o estatuto privilegiado das nossas instituições escolares.

Como medidas conjunturais que poderão ser tomadas neste sector, indica o serviço cívico, a modificação da política da bolsas de estudo, a alteração do próprio montante das propinas.

Quanto ao aspecto global, pensa que o problema tem de ser encarado pelas factores que envolve, e um deles, que lhe parece importante, é efectivamente que as posições tomadas em Conselho comprometam realmente todos.

Ministro do Trabalho

Propõe medidas concretas e objectivas:

- para os agitadores, medidas firmes, como prendê-los, mobilizá-los, expulsá-los da Universidade;
- garantia da liberdade de frequentar as aulas para os



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

alunos que queiram efectivamente estudar, recorrendo-se às forças da ordem se necessário;

- controle conveniente e com proibição da entrada de elementos estranhos às escolas;

- limitação do número de anos de ensino sem aproveitamento.

E que estas medidas sejam tomadas com a rapidez exigida pela antecipação necessária à acção do Governo.

Ministro do Equipamento Social e do Ambiente

Acha que a maior ajuda para a resolução destes problemas vem da coligação. A intervenção dos próprios partidos pode permitir a normalização da Universidade. Em último caso, terá de se recorrer a medidas repressivas.

Crê que a institucionalização do serviço cívico é viável, e acha que se deve prosseguir com as reuniões no sentido de arranjar medidas bem concretas.

Primeiro Ministro

Salientou também as vantagens da coligação.

Recapitulou as ideias esboçadas, acrescentando que a obrigatoriedade do serviço cívico é uma maneira de ligar o trabalho manual ao intelectual, o que muito ajudará os estudantes, formando-os na vida prática de que há tantos anos têm andado arredados, e que



CONFIDENCIAL



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

uma política de firmeza terá total apoio do MFA.

Todos os intervenientes no debate afirmaram ao Ministro da Educação e Cultura o apreço pela sua pessoa e pela obra que realizou, a sua confiança e o seu desejo de vê-lo permanecer.

O Ministro da Educação e Cultura, sensibilizado embora, e depois de ter criticado as soluções propostas, que considerou contraditórias, porque os problemas são muito difíceis, reafirmou a decisão que tomara.

Ministro da Coordenação Interterritorial

Fundação Cuidar o Futuro

Propõe ainda que o Governo denuncie ao país a situação em termos de amplo debate em congresso escolar em que intervenham a opinião pública, a imprensa, professores, partidos políticos, para tentar resolver problema com o aval do país, e que, em última análise, esgotados todos os meios, se use a repressão.

Considerado esgotado este ponto, o Primeiro Ministro informou o Conselho de determinadas diligências que levara a efeito por saber que a decisão do Professor Magalhães Godinho era inabalável, e dos nomes que lhe tinham sido apontados para o substituir.

Pensa que a divisão do Ministério poderá ser encarada numa futura fase.

É sua ideia que se mantenham todos os Secretários de Estado. Julga que o perfil desejável do Ministro da Educação e Cul-



CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

tura é o de um militante, isto é, alguém capaz de suportar todas as situações com grande firmeza, um dador, e um homem capaz de manter um diálogo com os problemas e de analisar em cada momento a situação histórica.

Depois de uma troca de impressões a este respeito, o

Ministro Vitor Alves

Propôs que cada membro do Governo desse a sua sugestão ao Primeiro Ministro.

Fundação Cuidar o Futuro  
O Conselho aprovou.

3. Na sequência do problema levantado na sessão anterior acerca da votação na ONU sobre o Camboja, entretanto adiada, o Primeiro Ministro comunicou ao Conselho:

- que os Estados Unidos tinham pedido que revíssemos a nossa posição;
- que informara o embaixador das razões que nos moviam, prometendo-lhe, no entanto, que falaria de novo ao Senhor Presidente da República;
- que este mantivera a sua posição.

O Conselho manteve também a posição assumida na reunião anterior no sentido de que, nessa votação, Portugal se abstenha.



CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

4. O Ministro Álvaro Cunhal informou o Conselho dos incidentes ocorridos na véspera, e dos que estavam nesse momento a ocorrer na Universidade.

5. Apreciação do projecto de decreto-lei que extingue o Commissariado do Desemprego e cria no Ministério do Trabalho o Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego.

Intervieram:

- O Ministro das Finanças
- O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente
- O Ministro do Trabalho
- O Ministro Vitor Alves
- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Primeiro Ministro

Ministro das Finanças

Apresentou uma alternativa para o artigo 7º.

Ministro do Equipamento Social e do Ambiente

Apresentou uma alternativa geral.

Ministro do Trabalho

Considera extremamente urgente a resolução deste problema,





## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

do qual depende a Lei Orgânica da Secretaria de Estado do Emprego e, conseqüentemente, a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho, já aprovadas com a ressalva da sua dependência do diploma relativo ao Fundo.

Ministro dos Assuntos Sociais

Salientou as responsabilidades do seu Ministério nesta matéria.

Tendo-se verificado no decorrer da discussão que se trata de um problema de fundo que é fundamentalmente o da atribuição do Fundo de Desemprego ao Ministério do Trabalho ou sua distribuição por vários Ministérios, e que este problema não pode ser eficazmente estudado em Conselho de Ministros, foi, depois de dadas algumas sugestões, deliberado que se realize na 2a. feira, 2 de Dezembro, às 15 horas, uma reunião do Primeiro Ministro com os Ministros do Trabalho, das Finanças, da Economia e dos Assuntos Sociais, tendo em vista a sua resolução.

6. Apreciação do projecto de resolução do Conselho de Ministros sobre a intervenção do Secretariado da Administração Pública nos projectos de reorganização dos serviços públicos, regimes de pessoal ou de instalações ou utilização de equipamentos de informática, apresentado pelo Ministério da Administração Interna e com uma adenda da Presidência do Conselho.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Depois de informado o Conselho pelo Ministro da Educação e Cultura de que seria distribuído um trabalho sobre informática feito no M.E.C., e de os Ministros da Administração Interna e dos Assuntos Sociais terem manifestado interesse pela cooperação nesta matéria, o projecto foi aprovado pelo Conselho.

## 7. Informação ao Conselho sobre as seguintes viagens:

- a. do Ministro Vitor Alves à Europa
- b. do Ministro Melo Antunes a Argel
- c. do Ministro da Economia à CEE
- d. do Secretário de Estado da Comunicação Social à União Soviética
- e. do Ministro da Coordenação Interterritorial a Argel

a. O Ministro Vitor Alves informou ter sido muito bem acolhido em todos os países por onde passou.

As principais questões que lhe foram postas pelos governantes foram as seguintes:

- Portugal e a NATO, à qual respondeu referindo continuamente a posição do MFA.

- Portugal e a democracia pluralista, à qual respondeu rea-



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

firmando que estamos entrando numa ordem pluralista, que o PC é um aliado e que todos os partidos da coligação têm um compromisso com o programa e não há razão para receios.

- Médio Oriente, à qual respondeu que a única coisa que podia informar neste momento era que estávamos a discutir o acordo das Lages.

- Problemas dos presos do 28 de Setembro, acerca do qual<sup>os</sup> esclareceu. Quanto a este ponto, julga dever informar o Conselho de que as portas da Europa se nos fecharão se o povo tornar a vir para a rua.

- Eleições de Março, que esclareceu serem um test, mas não ser delas que sairá o Governo definitivo.

Quanto às principais aberturas:

- um ponto a explorar com muito interesse - a Alemanha, onde estão criadas todas as condições;

- quanto à Itália, para recolha de uma tecnologia mais acessível, as condições são boas;

- parece que será de explorar o interesse dos belgas;

- os ingleses gostariam de ver lá uma missão económica.

Problemas que mais preocupam os emigrantes:

- o voto;

- o ensino dos filhos;





## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

- o saneamento a nível de Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No debate que se seguiu intervieram, além do Ministro Vitor Alves:

- O Secretário de Estado da Comunicação Social
- O Ministro do Trabalho
- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Ministro da Economia
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

A ideia principal que ficou deste debate foi a de que a viagem do Ministro Vitor Alves foi muito importante e é preciso insistir neste tipo de acções, com vista a fornecer a imagem correcta da nossa situação, indispensável às nossas relações com o exterior.

b. O Ministro Melo Antunes informou o Conselho de que na sua viagem a Argel tinha duas missões:

Quanto à primeira, contactar com a direcção reconhecida do MPLA, com vista à independência de Angola, a curto prazo, chegou a resultados prévios, a testar em conjunto com os outros movimentos de libertação, que julga bastante positivos.

Quanto à segunda, falar com o Presidente Boumedienne e autoridades argelinas, estas pareceram-lhe dispostas a encetar relações de cooperação a nível económico e cultural mesmo antes de reatadas



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

as relações diplomáticas. Foi focada de forma positiva a questão das linhas aéreas da TAP.

Foi abordado o problema da nossa cooperação com os países árabes, que parecev despertar interesse..

Considera que estes contactos podem ter constituído um primeiro passo no sentido das relações a encetar nessa zona da África.

c. O Ministro da Economia, na sua viagem à CEE, tinha como objectivo novos contactos a serem desenvolvidos em Bruxelas e em Lisboa.

Foi recebido pelo Presidente, Vice-Presidente e outros dirigentes da Comissão ligados às questões da indústria e da tecnologia.

Teve conhecimento da vontade manifestada pelos vários países no sentido de estreitamento das nossas relações com o Mercado Comum<sup>e</sup> da orientação dada à comissão para que as soluções encontradas, ainda que parciais, fossem aceleradas.

Procurou prestar informações sobre a situação da nossa economia e esclarecer todas as preocupações que lhe foram apresentadas.

Também considera importante que as acções de esclarecimento sejam intensificadas.

Relativamente ao encaminhamento das nossas relações, tem procurado seguir a linha realista de aproveitar o quadro existente, alargando-o quanto possível.

Na linha de dinamização dos contactos, prevê nova reunião do Comité mixto num prazo excepcional.

Da parte das comunidades, há uma intenção muito clara de ajudar.





## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Alguns estados membros começam a pensar em estatuto e associação.

Convidou o Vice-Presidente a vir a Lisboa na primeira quinzena de Janeiro.

d. O Secretário de Estado da Comunicação Social informou o Conselho da forma extremamente hospitaleira como foi recebido em Moscovo, onde encontrou um grande interesse por Portugal e conhecimento exacto da nossa situação.

Encontrou as maiores facilidades no campo cultural, e foram dados passos no sentido de um intercâmbio a concretizar em breve.

Comunicou com os principais meios de informação onde também encontrou o maior interesse em colaborar.

Estabeleceu contactos com a Marinha Soviética, tendo-lhe sido manifestado o desejo de que algum navio português visitasse a União Soviética e levantado o problema da troca de adidos entre os dois países.

Contactou com o Ministro da Marinha Mercante sobre o contrato de navegação, problema para o qual não estava preparado e que já foi entregue à entidade competente.

Verificou que há uma grande abertura da qual espera que o país virá a beneficiar.

O Ministro dos Assuntos Sociais propôs que a delegação que em breve irá à União Soviética para concretizar o intercâmbio previsto no domínio cultural integre representantes dos vários do-





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

mínios de cultura, incluindo a investigação científica.

O Ministro da Justiça pediu que nessa missão fosse também alguém do seu Ministério.

e. O Ministro da Coordenação Interterritorial, acerca da sua deslocação a Argel, informou ter encontrado uma delegação de S. Tomé muito sensibilizada, um pouco por impreparação.

Pelo Presidente Boumedienne foi recebido de forma cativante.

As relações diplomáticas estão estabelecidas de facto. Encontrou boas oportunidades para o tráfego turístico. Sublinhou a importância desta visita em complemento dos encontros do Zaire.

Salientou os laços que nos ligam à Argélia - as bases culturais comuns, a ligação com muitos portugueses que viviam na Argélia antes do 25 de Abril, e o facto de a nossa revolução ter sido feita por militares.

8. Apreciação do ante-projecto de um diploma que visa substituir o decreto-lei nº277/74, de 25/6.

Intervieram:

- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Ministro Melo Antunes
- O Ministro da Justiça
- O Ministro Magalhães Mota



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Subsult de Primeiro Ministro*

- O Primeiro Ministro
- O Ministro do Trabalho
- O Secretário de Estado da Comunicação Social
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente
- O Ministro Vitor Alves
- O Ministro da Coordenação Interterritorial

O ante-projecto foi aprovado, e o Ministro Melo Antunes fará a redacção final, tendo em conta as sugestões apresentadas:

- que a Comissão Interministerial continue a funcionar nos termos do decreto-lei nº277/74, mas com ampliação de meios humanos e materiais que permitam maior rapidez de actuação, ficando o Presidente com funções de mera presidência;

- que os juizes atingidos pelas incapacidades cívicas sejam considerados suspensos e objecto de uma averiguação (para os juizes do Ministério da Justiça, inquérito feito pelo Conselho Superior Judiciário), com decisão tomada em Conselho de Ministros.

- que seja fixado um prazo que satisfaça.

- que se atenda à desnecessidade de reproduzir as disposições do decreto-lei nº277/74 que se mantêm.

9. Discussão da proposta da Comissão do Horário Nacional de Trabalho.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Subsedi do Primeiro Ministro*

## Intervieram:

- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Ministro do Trabalho
- O Ministro Vitor Alves
- O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro da Economia
- O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
- O Ministro da Administração Interna
- O Ministro da Justiça
- O Ministro das Finanças

## Fundação Cuidar o Futuro

Ministro dos Assuntos Sociais

Salientando que a uniformização do horário de trabalho, ainda que traga um aparente aumento da quantidade de produto, levanta problemas de vária ordem que têm sido amplamente discutidos na OCDE, acha conveniente que se aguarde a vinda a Portugal de um técnico dessa organização para nos ajudar a estudar o assunto.

Ministro do Trabalho

Acha que independentemente do estudo global, há factores em que é preciso pensar imediatamente. Entende que o horário dos funcionários públicos deve passar para as 40 horas semanais, sem trabalho ao sábado.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Foram discutidas as dificuldades que esta alteração pode levantar.

Ministro do Equipamento Social e do Ambiente

Propôs que o horário seja deslizante, o que já existe nalguns serviços com os melhores resultados (é vantajoso para o problema dos transportes públicos, facilita o lançamento do relógio de ponto), mantendo-se por enquanto as 36 horas semanais.

Ministro Álvaro Cunhal

Receia que os técnicos estrangeiros tragam modelos que não nos convêm e acha preferível a proposta 10 da Comissão.

Fundação Cuidar o Futuro

Ministro dos Assuntos Sociais

Sugeriu o recurso ao técnico da OCDE, por lhe parecer que aquela proposta se cingia a uma orientação do BIT já ultrapassada e a OCDE ter a vantagem de trazer soluções de ponta.

Também conhece casos em que o horário deslizante deu bons resultados.

Foram salientados por vários membros do Conselho os cuidados de que o horário deslizante deve ser rodeado.

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Concorda com a vinda de técnicos estrangeiros, já utilizada aliás por vários Ministérios. Considera o problema do horário muito delicado e acha que não deve haver aumento de horário sem aumento



CONFIDENCIAL

25-

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

de vencimentos.

Sugeri que seja posta à Comissão a hipótese da consulta ao funcionalismo acerca do horário deslizante.

Ministro da Administração Interna

Sobre os três leques de horários (48 a 45, 45 a 40, abaixo de 40), pronuncia-se pelo do meio.

Ministro Álvaro Cunhal

Salientou que não são alternativas, mas situações diversas, havendo em relação a cada uma delas duas hipóteses.

Depois de um debate sobre o problema, em que foi salientado (Ministro dos Assuntos Sociais) que a tendência internacional é para moderar os horários, não para que se trabalhe menos mas para que se viva mais, vistas as desvantagens da fixação genérica de um mínimo-máximo, e a impossibilidade prática de um estudo global, o

Ministro do Trabalho

Propôs a definição para cada sector, estudada pelos Sindicatos e pela Confederação com os Ministérios interessados.

Se o Conselho assim o entender, pode mandar elaborar esses estudos e depois trazê-los ao Conselho, podendo o Conselho definir previamente uns parâmetros - 40,45.

Julga que é de manter cancelados os horários.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*Ministro Álvaro Cunhal

Aconselhou que se esteja atento aos custos vultuosos implicados.

Ministro da Justiça

Quanto à proposta 10, está de acordo com o Ministro Álvaro Cunhal e não exclui a do Ministro dos Assuntos Sociais.

Ministro da Administração Interna

Entende que se deve tentar as 45 horas semanais, com possibilidade de que seja diferente em certos sectores.

Debatido o problema da duração das férias, o Conselho deliberou manter os 30 dias.

Quanto à Administração Pública, fazer, no tocante à proposta 8, as consultas necessárias.

10. O Ministro dos Assuntos Sociais apresentou ao Conselho uma proposta de alternativa ao projecto do diploma que cria um subsídio de desemprego (distribuído no Conselho em 22 de Novembro)

O Conselho deliberou que os Ministros dos Assuntos Sociais





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

e do Trabalho se reunissem para chegar a uma única versão, que, na próxima reunião, o Conselho apreciará.

II - Depois da ordem do dia

1. O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, a propósito do decreto aprovado sobre tutela de empresas, que se lhe afigura de difícil aplicação, propôs a criação de um serviço da tutela com o apoio dos vários serviços.

O Ministro das Finanças pensa que esse serviço se poderá vir a incluir no Instituto das Participações do Estado, constituindo-se entretanto para o efeito um grupo interministerial ad-hoc.

O Ministro do Trabalho referiu a necessidade de intervenção imediata de administradores, técnicos financeiros e economistas.

Informou o Conselho dos problemas de desemprego que se prevêm para o próximo mês e pode ter consequências políticas e sociais especialmente graves, por causa do Natal. Além da AC e seus sub-empregados que gravitam à volta de Tróia, e do sector da electrónica, há todo o problema da construção civil. Esta situação envolve de milhares dezenas de operários. Exige uma grande intervenção do Estado na construção civil. Há já três meses que se referiu a este problema.

Tinha sugerido a criação de empresas públicas no sector da construção civil.

A penalização prevista na lei não resolve o problema por forma eficaz e imediata como é necessário.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Instituto, grupo ad-hoc, ou o que for, tem de ser rapidamente constituído e orientado para a urgente solução destes problemas.

Chamou também a atenção do Conselho para a gravidade do problema da concessão de créditos, que algumas empresas têm obtido, mandando depois o dinheiro para a Suíça ou para Angola em vez de o investirem na empresa.

Para os aspectos criminais envolvidos, desejou uma acção policial enérgica.

Ministro da Economia

## Fundação Cuidar o Futuro

Referiu-se às informações que recebeu do governador da Madeira, relativas a dificuldades da mesma ordem.

Ministro da Administração Interna

Propôs que se analisasse a situação em bloco. Que a análise da situação económica da Madeira seja feita no local, com pormenor, e por indivíduos habilitados - dos Ministérios das Finanças, da Economia e do Equipamento Social e do Ambiente, procurando coligir com brevidade dados precisos que possibilitem algum tipo de solução.

Sob proposta do Ministro das Finanças, o Conselho deliberou que o problema do crédito fosse discutido em data a fixar.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

2. O Ministro das Finanças informou o Conselho das dificuldades que vão surgir, relativamente ao despacho que vai proferir para fixação do valor das acções dos Bancos Nacional Ultramarino, de Angola e de Portugal, na parte relativa ao Banco Nacional Ultramarino, e porque, quanto a este, as acções nominativas têm valor diferente das acções ao portador.

Tendo o Ministro Álvaro Cunhal perguntado se não tinha sido proposta a média aritmética, e o Ministro das Finanças respondido que acha mais lógica essa solução, mas não quis alterar a proposta da Comissão, o Conselho deliberou, sob proposta do Ministro Melo Antunes, que a Comissão seja chamada e lhe seja reposto o problema.

3. O Ministro da Administração Interna agradeceu aos colegas que receberam os governadores civis vindos a Lisboa, e pediu que essa boa vontade continue a ser demonstrada, igualmente nos vários departamentos, agradecendo desde já a receptividade aos problemas que vierem a ser apresentados.

4. O Ministro da Coordenação Interterritorial pediu ao Conselho que desse delegação ao Primeiro Ministro para resolver os assuntos relacionados com a aplicação da Lei Eleitoral em Moçambique, Angola e Cabo Verde.

5. O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, a propósito da sua recente intervenção na TV e das repercussões que teve,





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Salvador de Oliveira Ministro*

perguntou ao Conselho se dava cobertura às afirmações que fez de que nenhum partido político pensaria em tirar a casa a quem a tem, nem a casa que se possui para rendimento.

Quanto ao primeiro ponto, não houve qualquer objecção. Quanto ao segundo, o Ministro Álvaro Cunhal disse que dependeria do volume de casas que cada um tivesse para rendimento.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente propôs também a revisão da Lei das Rendas, que contraria o interesse do público pela aquisição de andares para rendimento.

## Fundação Cuidar o Futuro

### 6. Ministro da Justiça

Sobre as questões económicas, acha que se impõe um debate.

Quanto ao decreto da Administração Interna sobre os funcionários públicos, não lhe parece justo que os funcionários requisitados percam os seus antigos lugares.

Quanto aos Açores, informou que há <sup>um</sup> movimento separatista chamado MAPA. Que o programa autonomista do PPD (que o Ministro Magalhães Mota desconhece), é discutível, e que convem fixar uma política sobre o problema da autonomia dos Açores.

### Ministro Melo Antunes

Sobre o problema dos Açores, propôs que o grupo de trabalho para o ordenamento do território, que inclui aspectos administrati-



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Subsedi do Primeiro Ministro*

vos, estude um projecto de autonomia administrativa a apreciar pelo Conselho.

Depois das intervenções dos Ministros da Justiça, da Administração Interna, do Trabalho e do Primeiro Ministro, que pensa que a posição política pode ser tomada independentemente do ordenamento, o Ministro Melo Antunes reconheceu que no âmbito do grupo que referiu o estudo vai levar tempo e que, como posição política, se poderá apresentar uma proposta.

#### 7. Ministro do Trabalho

### Fundação Guiar o Futuro

Informou ainda que os conserveiros do Algarve estão em greve e se corre o risco de que a Panificação entre em greve no Natal, pelo que é preciso que o decreto já aprovado sobre esta matéria saia em breve.